

Escândalos na saúde revelam um sistema doente

Ministério paga apenas R\$ 2,18 por uma consulta do SUS e não fiscaliza municípios: fórmula para degradação do setor

Isabel de Paula

● BRASÍLIA E FORTALEZA. Hemodiálise fatal em Caruaru; velhice negligenciada no Rio; berçários infectados em São Luís, Vitória, Fortaleza, Boa Vista e Niterói. 1996 chega ao fim marcado por uma sucessão de tragédias e escândalos na área de saúde pública. Entra ministro, sai ministro, a qualidade dos serviços não melhora porque, além de pagar mal aos hospitais conveniados — R\$ 2,18 por uma consulta e R\$ 135 por um parto — o SUS gasta mal. A Constituição passou para os municípios a responsabilidade pelo uso dos recursos, mas o Governo federal não criou um mecanismo para fiscalizar o aproveitamento. Um exemplo do desperdício acaba de ser flagrado no Paraná. O Ministério Público descobriu que todos os municípios do estado superfaturam consultas feitas pelos hospitais públicos. Na primeira fase de um inquérito civil público, aberto em junho de 1995 e concluído este mês, a procuradora Antônia Lélia Sanches constatou que os hospitais acrescentavam a consultas simples verdadeiras terapias. O mais curioso é que, segundo os municípios, a orientação para a fraude partiu da própria Secretaria estadual de Saúde. A Prefeitura de Araucária terá de devolver R\$ 265 mil ao Ministério da Saúde por fraudes no segundo semestre de 1994.

— As tragédias vão aumentar se não se mudar a forma de gerenciamento da rede, porque elas são fruto do descontrole — alerta o presidente da Associação Nacional dos Auditores Médicos do ministério, José Queiroz Silveira.

Descentralização deixa auditores de mãos atadas

Os auditores federais dizem que estão praticamente impedidos de inspecionar os hospitais depois que o ministério resolveu acelerar o processo de descentralização do SUS. Para Silveira, estados e municípios não fiscalizam seus hospitais porque a eles não interessa descobrir suas próprias fraudes nem permitir a ação dos auditores federais. Como o dinheiro sai dos cofres da União, avalia, estados e prefeituras também não se preocupam em gastar bem os recursos. Com isso, a qualidade dos serviços só piora.

Normalmente, as auditorias nos hospitais credenciados ao SUS só são feitas quando explode algum escândalo. A Maternidade Assis Chateaubriand, em Fortaleza, onde morreram 51 bebês este mês, não era fiscalizada há quatro anos — desde a última denúncia contra ela. Está sob auditoria desde quinta-feira.

O drama da saúde pública no Brasil piorou depois que a Constituição estabeleceu que o SUS deveria atender toda a população do país, ou seja, 150 milhões de pessoas. Antes de 1988, apenas 35 milhões de brasileiros que pagavam INSS tinham direito a atendimento médico gratuito na rede pública de saúde.

Hospitais privados deixam abacaxi para os públicos

Até pouco tempo atrás o SUS contava com o apoio maciço de hospitais privados conveniados. Mas, como o Ministério da Saúde paga pouco e ainda atrasa os repasses, muitos hospitais particulares passaram a não atender os pacientes do SUS. Com isso, cada vez mais faltam leitos nos hospitais públicos, que estão superlotados.

Um exemplo de como a deficiência degrada os serviços pode ser encontrado no Ceará, estado que ganhou notoriedade por conseguir reduzir o índice da mortalidade infantil e ampliar a cobertura dos programas de vacinação. Estudo realizado pela Escola de Saúde Pública do Ceará, pelo Instituto de Saúde e Desenvolvimento e pela Sociedade do Bem-Estar da Família em 60 pequenos municípios revela que 68% dos recém-nascidos e 66% dos partos não são assistidos por médicos. Há hospitais em que apenas 17% dos partos o médico está presente. A mortalidade materna cresceu 217% de 1991 a 1995, atingindo um índice oito vezes maior do que o padrão aceitável da OMS: morrem 80 mães para cada cem mil nascimentos. ■



VÍTIMA DO DESCASO da Clínica Santa Genoveva, Maria de Lourdes Almeida hoje: recuperação em cinco meses, depois de três anos considerada como caso perdido, sem a menor chance de melhora